

## **Notas Explicativas**

### **1. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis**

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (DCON IFRS) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

Elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as DCON IFRS consolidam as contas das Unidades Gestoras integrantes do Órgão.

As estruturas e a composição das DCON IFRS Campus Canoas estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Dessa forma, as DCON IFRS são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e;
- VII. Notas Explicativas.

### **2. Resumo das Principais Práticas Contábeis**

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Canoas, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

- a. Moeda funcional

A moeda funcional do IFRS é o Real.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) transferências concedidas; (v) empréstimos e financiamentos concedidos; (vi) adiantamentos; e, (vii) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável.

d. Estoques

Compreendem os produtos em almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) créditos tributários; (ii) créditos não tributários; (iii) dívida ativa; (iv) empréstimos e financiamentos concedidos; (v) investimentos temporários; e, (vi) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

Em relação aos estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

f. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

g. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

h. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e, para os bens móveis, é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da

depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

i. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de *Kuentzle*, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

j. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

k. Apuração do Resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário e;
- III. Financeiro.

(k.1) Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

#### (k.2) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35, da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

#### (k.3) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

### 3. Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Não houve, ao longo do 2º trimestre de 2021, mudanças nas práticas e procedimentos contábeis adotados pelo IFRS Campus Canoas.

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O grupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla o numerário e outros bens, e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda.

Em 30/06/2021, o item mais representativo desse grupo foi “Recursos liberados pelo tesouro”, representando 94,07% do total. A tabela a seguir demonstra a composição de Caixa e Equivalentes de Caixa, bem como seu decréscimo em relação a 31 de dezembro de 2020:

**Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa -  
Composição**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.916,40	4.016,40	-52,29	5,93
RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO	30.393,70	52.069,88	-41,63	94,07
	<b>32.310,10</b>	<b>56.086,28</b>	<b>-42,39</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

#### a) Bancos Conta Movimento – Demais Contas

Os recursos deste grupo referem-se aos depósitos em garantia de execução dos contratos pactuados com o IFRS - Campus Canoas, na modalidade de caução em dinheiro.

A empresa OI/SA não enviou, até 30/06/2021, o comprovante de saque do valor caucionado em dinheiro no montante de R\$ 1.344,00. O prazo de vencimento dessa caução era 18/04/2020.

## b) Recursos Liberados pelo Tesouro

A seguir está representada a composição dos saldos dos recursos liberados pelo tesouro, perfazendo todo o montante em Recursos Não Financeiros Diretamente Arrecadados:

**Tabela 2 – Recursos Liberados pelo Tesouro – Composição.**

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
Recursos Não Financeiros Diretam. Arrecadados	30.393,70	52.069,88	-41,63	100,00
Recursos Dest. A Manut. E . Des. Do Ensino			-	0,00
<b>Total</b>	<b>30.393,70</b>	<b>52.069,88</b>	<b>-41,63</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

### 5. Demais Créditos a Receber Curto Prazo e respectivo Ajuste para perdas estimadas

O IFRS Campus Canoas possui Crédito a Receber no montante principal de R\$ 700,00 referente ao pagamento indevido de 5 parcelas da Bolsa de Assistência Estudantil de R\$ 140,00 cada, nos períodos de 07/2015 a 11/2015, e atualização monetária até 31/12/2020, no montante de R\$ 190,84.

No dia 24/02/2021 foram feitos os lançamentos contábeis de Baixa do Crédito a Receber Curto Prazo e estorno do ajuste para perdas estimadas em decorrência da prescrição da Dívida, conforme item 6 do Despacho 00021/2021/PF/IFRS/PGF/AGU.

A seguir está representada a composição dos saldos dos Créditos a Receber Curto Prazo, posição de 30/06/2021.

**Tabela 3 – Demais Créditos a Receber CP – Composição.**

	30/06/2021	31/12/2020	AH%	AV%
CREDITOS A RECEBER POR PGTO EM DUP	0,00	890,84	-100,00	100,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>890,84</b>	<b>-100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

A seguir está representada a composição do saldo de Ajuste de Perdas Estimadas Créditos a Receber de Curto Prazo, posição 30/06/2021.

**Tabela 4 – Ajuste para Perdas Estimadas Créditos a Receber CP**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113	0,00	890,84	-100,00	100,00
	<b>0,00</b>	<b>890,84</b>	<b>-100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

## 6. Estoques

### 6.1 Almojarifado e Outros Estoques

O IFRS Campus Canoas armazena diversos materiais de consumo, gêneros alimentícios, materiais de expediente, material de limpeza, material para manutenção de bens móveis e imóveis, estoque de gêneros alimentícios para merenda escolar destinada aos alunos, entre outros.

Há divergências entre os saldos das contas de estoque do Relatório Mensal de Almojarifado e contas contábeis de estoque na data de 30/06/2021.

Além disso, conforme e-mails enviados pelo setor de almojarifado, não foram feitas contagem do estoque físico até o encerramento do 2º trimestre de 2021, para averiguação dos saldos do sistema informatizado de controle do almojarifado com a finalidade realizar os devidos ajustes e, por consequência, motivar os ajustes contábeis.

Desta forma, os saldos apresentados das contas no Relatório Mensal de Almojarifado e das contas contábeis não refletem a realidade do que se tem em estoque na data de 30/06/2021, prejudicando o grau de confiabilidade destes saldos no Balanço Patrimonial do Campus Canoas.

No encerramento do exercício de 2020 não foram feitos os ajustes para perdas prováveis dos itens de estoque, assim como não foi realizado o ajuste para redução a valor de mercado porque não se tem o controle de perdas prováveis e nem acompanhamento dos valores de mercado dos itens já estocados.

## 7. Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

A Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente constitui-se de despesas pagas antecipadamente, tais como a Taxa de Coleta de Lixo e limpeza Urbana de 2021, cobrada pela Prefeitura Municipal de Canoas, conforme o saldo a seguir:



**Tabela 5 – VPD Paga Antecipadamente – Composição**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
TRIBUTOS PAGOS A APROPRIAR	1.778,82	3.557,58	-50,00	100,00
	<b>1.778,82</b>	<b>3.557,58</b>	<b>-50,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

## 8. Créditos a Longo Prazo e Ajuste para Perdas Estimadas

Em 07/2019 foi feito o registro Contábil do valor principal, multa, atualização monetária e encargos legais atualizados até 10/05/2019 referente a inscrição em Dívida Ativa não Tributária da Empresa Sul Brasil Serviços Terceirizados por multa de infração de Contrato 22/2017 – Serviços de Jardinagem.

O valor principal é de R\$ 2.071,81 e R\$ 1.040,38 de multa, atualização monetária e encargos legais atualizados até 01/2021, conforme relatório disponibilizado pela Procuradoria Geral da República.

Até 06/2021 não houve nenhum tipo de recebimento, acordo, parcelamento, permanecendo saldo do valor principal e atualizações.

Foram solicitados mensalmente os relatórios para Procuradoria Geral da República, mês a mês. Entretanto, eles não foram recebidos até o encerramento deste trimestre.

A seguir está a composição do saldo da Dívida Ativa

**Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Composição**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
Dívida Ativa Não Tributária	3.112,19	3.103,71	0,27	100,00
	<b>3.112,19</b>	<b>3.103,71</b>	<b>0,27</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI 2020 e 2019

Em 31/12/2020 foi calculado e contabilizado ajuste para Perdas estimadas desse crédito a receber. A metodologia de cálculo desse ajuste para perdas foi baseada no histórico de recebimentos passados conforme item 6.2.1 da macrofunção SIAFI/STN 020342 – Ajuste para perdas estimadas.

Nesta metodologia, a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber, subtraindo-se este resultado do saldo atualizado da conta valores a receber. Em termos matemáticos:

$$\text{Perda estimada} = \text{Saldo atualizado da conta de valores a receber} - (\text{quociente médio de recebimentos} \times \text{saldo atualizado da conta de valores a receber})$$

Para encontrar o valor da variável quociente médio de recebimentos, deve-se calcular, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios. Em termos matemáticos:

$$\text{Média mensal de recebimentos} = \frac{\text{Total de recebimentos no exercício}}{12}$$

$$\text{Média mensal dos saldos da conta de valores a receber} = \frac{\text{soma dos saldos mensais}}{12}$$

Após o cálculo destas duas variáveis deve-se calcular o quociente de recebimento para cada exercício, dividindo-se a respectiva média mensal de recebimentos pela média mensal dos saldos das contas de valores a receber. Em termos matemáticos:

$$\text{Quociente de recebimento exercício } x1 = \frac{\text{Média mensal de recebimentos do exercício } x1}{\text{Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício } x1}$$

$$\text{Quociente de recebimento exercício } x2 = \frac{\text{Média mensal de recebimentos do exercício } x2}{\text{Média mensal dos saldos da conta de valores a receber do exercício } x2}$$

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3, dividindo-se o resultado da soma por três. Em termos matemáticos:

(Quociente de recebimento exercício x1 + Quociente de recebimento exercício x2 + Quociente de recebimento exercício x3) / 3.

Ao decorrer de todo o exercício de 2019, 2020 e 06/2021 não houve nenhum recebimento de valor desse crédito. Logo, o quociente médio de recebimentos é zero. Aplicando a fórmula, a perda estimada é no mesmo valor do crédito a receber de longo prazo posição em 30/06/2021. Desta forma, o valor provável de realização desse crédito é zero por não ter tido nenhum recebimento, acordo, parcelamento etc. A seguir está representada a composição do saldo de Ajuste de Perdas Estimadas Créditos a Receber de LP:

**Tabela 7 – Ajuste para perdas estimadas Créditos a LP – Composição**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
AJUSTE PERDAS DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	3.112,19	3.103,71	0,27	100,00
	<b>3.112,19</b>	<b>3.103,71</b>	<b>0,27</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

## 9. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2021, o Campus Canoas apresentou um saldo de R\$ 17.661.383,51 relacionado ao imobilizado.

Na tabela, a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado.

**Tabela 8 – Imobilizado – Composição.**

	30/06/2021	31/12/2020	AH%
<b>Bens Móveis</b>	<b>1.899.815,19</b>	<b>1.719.281,42</b>	<b>9,27</b>
(+) Valor Bruto Contábil	5.472.398,94	5.155.117,30	6,15
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(3.593.710,94)	(3.435.835,88)	2,24
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	
<b>Bens Imóveis</b>	<b>15.782.695,51</b>	<b>15.820.273,24</b>	<b>-0,24</b>
(+) Valor Bruto Contábil	16.093.794,95	16.093.794,95	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(311.099,44)	(273.521,71)	13,74

R\$

(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis

-

<b>Total</b>	<b>17.661.383,51</b>	<b>17.539.554,66</b>	<b>0,69</b>
--------------	----------------------	----------------------	-------------

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020

### 9.1 Bens Móveis

Os Bens Móveis do Campus Canoas em 30/06/2021 totalizavam R\$ 1.899.815,19 e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

**Tabela 9 – Bens Móveis - Composição**

	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>AH (%)</b>
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	742.391,01	530.275,78	40,00
Bens de Informática	2.030.920,15	1.992.247,47	1,94
Móveis e Utensílios	1.894.969,17	1.854.670,81	2,17
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	598.695,47	598.695,47	0
Veículos	163.856,77	158.768,17	3,21
Peças e Conjuntos de Reposição		-	
Bens Móveis em Andamento		-	
Bens Móveis em Almoxarifado		-	
Armamentos		-	
Semoventes e Equipamentos de Montaria		-	
Demais Bens Móveis	41.566,37	20.459,60	103,16
-Depreciação / Amortização Acumulada	(3.593.710,74)	(3.435.835,88)	4,59
Redução ao Valor Recuperável		-	
<b>Total</b>	<b>1.899.815,19</b>	<b>1.719.281,42</b>	<b>10,5</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 37 % referem-se a Bens de Informática, o qual é composto por:

<b>Descrição</b>	<b>Valores Brutos Totais</b>
Kit Didático com Soft starter e Inversor de Frequência	R\$ 59.000,00

Sistema de Ensino de Robótica	R\$ 165.000,00
Demais bens de Informática	R\$ 1.806.920,15
<b>Total</b>	<b>R\$ 2.030.920,15</b>

## 9.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do Campus Canoas em 30/06/2021 totalizavam R\$ 15.782.695,50, conforme demonstrado na tabela a seguir.

**Tabela 10- Bens Imóveis – Composição.**

	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)
Bens de Uso Especial	16.093.794,95	10.503.836,44	53,22
Bens de Uso Comum do Povo			
Bens Dominicais			
Bens Imóveis em Andamento	0,00	5.589.958,51	-100,00
Instalações			
Demais Bens Imóveis			
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros			
Redução ao Valor Recuperável			
Depreciação / Amortização Acumulada	(311.099,44)	(273.521,71)	13,74
<b>Total</b>	<b>15.782.695,50</b>	<b>15.820.273,24</b>	<b>-0,24</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

O valor de R\$ 5.589.958,51 na conta de Bens Imóveis em andamento se refere aos custos da construção do prédio acadêmico (R\$ 5.451.777,14) e a obra de readequação do PPCI (R\$ 138.181,37) nos blocos A, B, C, D, E e I, apurados até 31/12/2020.

Em 01/2021 houve a incorporação dos custos de Construções dessas duas Obras na Conta de Bens de Uso Especial e no sistema de Controle Patrimonial da União (SPIUnet).

Em síntese, os bens de Uso especial mais relevante na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos de um terreno, bloco administrativo,

bloco de convivência, bloco de salas de aula/laboratórios, prédio da biblioteca, prédio acadêmico, instalação e readequação PPCI e coberturas entre os prédios do Campus Canoas.

**Tabela 11 - Bens de Uso Especial – Composição**

	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)
Fazendas, Parques e Rese rvas			
Terrenos, Glebas			
Aquartelamentos			
Imóveis de Uso Educacional	16.093.794,95	10.503.836,44	53,22
Edifícios			
Complexos, Fábricas e Usinas			
Imóveis Residenciais e Comerciais			
Aeroportos, Estações e Aeródromos			
Outros Bens Imóveis de Uso Especial			
<b>Total</b>	<b>16.093.794,95</b>	<b>10.503.836,44</b>	<b>53,22</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

### **9.3 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330 e 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

### **9.4 Reavaliação**

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados quando (i) aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor

percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; (ii) houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; (iii) fora comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Até o encerramento do segundo trimestre de 2021 os bens imóveis não foram reavaliados. Aguardando esses procedimentos pela Reitoria.

#### **9.5 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment***

O campus Canoas não avaliou se houve qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável até 30/06/2021.

#### **9.6 Depreciação bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Até o encerramento do primeiro trimestre de 2021 os valores de depreciação mensal de 02/2018 de todas as contas no Relatório de Bens Móveis aparece com os valores duplicados. Além disso, em 8 contas contábeis aparece outras diferenças que até o encerramento deste trimestre não foram identificadas. Foram abertos chamados para o setor de TI da Reitoria para resolver estas diferenças, porém ainda continuam pendentes. Em decorrência destas diferenças, os saldos contábeis em 30/06/2021 das contas de depreciação dos bens móveis não são confiáveis.

#### **9.7 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação que, por sua vez, é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de *Kuentzle*, sendo a depreciação iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de *Kuentzle* distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação. O cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = \frac{(n^2 - x^2)}{n^2} \quad , \text{ onde:}$$

$Kd$  = coeficiente de depreciação

$n$  = vida útil da aquisição

$x$  = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

## 9.8 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado



de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados.

Até o final do primeiro trimestre de 2021, o Campus Canoas apresentou um saldo de R\$ 65.815,28 relacionados a Intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2020 e 31/03/2021.

**Tabela 12 – Intangível – Composição.**

	30/06/2021	31/12/2020	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	-	-	-
Software com Vida Útil Indefinida	65.815,28	65.815,28	-
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	-	-	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
<b>Total</b>	<b>65.815,28</b>	<b>65.815,28</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

#### 9.9 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

Os Ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sendo amortizados, tão pouco foram aplicados teste de recuperabilidade até o encerramento do 2º trimestre de 2021.

### 10. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

O IFRS Campus Canoas não possui obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais registradas em suas demonstrações contábeis. Estas obrigações são registradas pela Reitoria do IFRS, de modo centralizado.

### 11. Obrigações a Curto e Longo Prazo

Em 30/06/2021, o IFRS Campus Canoas apresentou um saldo de R\$ 332.401,79 de obrigações a curto prazo, que deverão ser pagos dentro de um prazo de doze meses. A tabela a seguir apresenta o detalhamento das obrigações assumidas pelo IFRS Campus Canoas, em 30/06/2021:

**Tabela 13 – Obrigações a Curto e Longo Prazo – Composição**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	63.837,26	38.773,23	64,64	55,07
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	52.080,55	6.488,33	702,68	44,93
	<b>332.401,79</b>	<b>45.261,56</b>	<b>156,11</b>	<b>100,00%</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0	0	-	100,00%
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

A maior parte do passivo do IFRS Campus Canoas com obrigações a curto e longo prazo se refere a fornecedores e contas a pagar, que representam 55,07% do total.

### 11.1 Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30/06/2021, a UG 158265 - Campus Canoas apresentou um saldo em aberto de R\$ 63.837,26 relacionado a Fornecedores e Contas a Pagar referente a Obrigações a Curto Prazo.

Apresentamos a seguir, uma tabela, segregando essas obrigações entre fornecedores nacionais e estrangeiros e entre circulante e não circulante.

**Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Circulante	63.837,26	38.773,23	64,64
Nacionais	63.837,26	38.773,23	64,64
Estrangeiros		-	-
Não Circulante		-	-
Nacionais (Forn Nac+Contas a Pagar Nac)		-	-
Estrangeiros		-	-

<b>Total</b>	<b>63.837,26</b>	<b>38.773,23</b>	<b>64,64</b>
--------------	------------------	------------------	--------------

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

Esta variação ocorreu porque foram quitadas, no quarto trimestre de 2020, quase todas as obrigações a Pagar, com exceção da nota fiscal 851, no valor de R\$ 2.951,86, emitida pela empresa F&F Engenharia e Construção LTDA. O montante não foi pago porque a Empresa não fez a baixa do CEI da Obra junto à Receita Federal até o encerramento do segundo trimestre de 2021

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores com valores em aberto na data base de 30/06/2021.

**Tabela 15 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.**

	<b>30/06/2021</b>	<b>AV (%)</b>
Fornecedor A: 28.626.045/0001-95 R & R COMERCIO E SERVICOS EIRELI	10.998,09	17,23
Fornecedor B: 10.533.299/0001-01 ARSENAL - SEGURANÇA PRIVADA	22.550,88	35,33
Fornecedor C: 04.166.318/0001-06 SR CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO EIRELI	4074,76	6,38
Fornecedor D: 24.583.804/0001-29 PRISMA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA EIRELI	5.088,60	7,97
Demais Fornecedores	21.124,93	33,09
<b>Total</b>	<b>63.837,26</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI, 2021.

- (a) Fornecedor A: Aquisição Equipamentos para Laboratórios do Campus Canoas
- (b) Fornecedor B: Serviços de Segurança Predial IFRS Campus Canoas
- (c) Fornecedor C: Obra de Laboratório do Campus Canoas
- (d) Fornecedor D: Aquisição material de Consumo de TI IFRS Campus Canoas

## 11.2 Demais Obrigações a Curto Prazo

Em comparação ao período anterior, o IFRS Campus Canoas registrou aumento expressivo de 13.013,33%, na conta de Incentivos a Educação, Cultura e Outros, e um aumento significativo de 2.176,90% na conta de Impostos e Contrib Diversos (Tributos Federais a recolher), principalmente em razão da quitação de todas as obrigações com seus fornecedores e por consequência com o Fisco Federal, conforme demonstrado na tabela de composição abaixo.

**Tabela 16– Demais  
Obrigações a Curto Prazo -  
Composição**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)	AV (%)
INCENTIVOS A EDUCAÇÃO, CULTURA E OUTROS	39.340,00	300,00	13.013,33	75,54
DEPÓSITOS E CAUÇÕES RECEBIDOS	1.916,40	4.016,40	-52,29	3,68
IMPOSTOS E CONTRIB DIVERSOS DEVIDOS AO TESOURO	4.313,58	189,45	2.176,90	8,28
ISS	1.007,40	1.982,48	-49,18	1,93
GLOSA DE ENCARGOS TRABALHISTAS	5.503,17	0,00	100,00	10,57
	<b>52.080,55</b>	<b>6.488,33</b>	<b>702,68</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

### c. Demais Obrigações a Longo Prazo

Não há registro de obrigações de longo prazo nas demonstrações contábeis do IFRS Campus Canoas.

## 12. Ajuste de Exercícios Anteriores

Não houve, até o encerramento do 2º trimestre de 2021, ato e fato contábil que gerasse registro na conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

## 13. Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's).

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para

conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Resultado Patrimonial, apurado em 30/06/2021, foi superavitário de R\$ 113.366,69, como demonstrado na tabela abaixo.

**Tabela 17 – Variações Patrimoniais Aumentativas x Variações Patrimoniais Diminutivas**

	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	6.631.864,60	1.005.546,01	559,53
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	6.518.497,91	1.111.626,94	486,39
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>113.366,69</b>	<b>-106.080,93</b>	<b>-206,87</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

Observa-se que o Resultado Patrimonial do período foi maior que o do 2º trimestre de 2020. Isto ocorreu porque o valor da Variação Patrimonial Aumentativa das Transferências recebidas pelo Tesouro Nacional para Execução Orçamentária e Financeira foi maior que as Variação Patrimonial Diminutiva.

#### I – Resultado Valorativo de Ativos Apurados na DVP:

O valor de R\$ 5.589.958,51 se refere à soma das incorporações no Patrimônio de Bens Imóveis do IFRS Campus Canoas. Nessa soma entram os custos de construção da obra do prédio acadêmico, no montante de R\$ 5.451.777,14, e os custos da obra de readequação e instalação do PPCI, no montante de R\$ 138.181,37.

**Tabela 18 – Resultado Valorativo de Ativos Apurados na DVP**

	R\$		
	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)
<b>VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS (I)</b>	<b>5.589.958,51</b>	<b>0,00</b>	100,00
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	5.589.958,51	0,00	100,00
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS (II)</b>	<b>5.592.352,51</b>	<b>0,00</b>	100,00
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	5.589.958,51	0,00	100,00
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.394,00	0,00	100,00
<b>RESULTADO VALORATIVOS DE ATIVOS (I) – (II)</b>	<b>-2.394,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

#### II - Transferências e Delegações Recebidas

As transferências recebidas referem-se a recursos financeiros do Tesouro para pagamento dos compromissos assumidos e bens recebidos em doação, havendo diminuição de aproximadamente 36% de um ano para o outro.

A seguir, encontram-se as tabelas comparativas das transferências recebidas no mesmo período do ano anterior.

**Tabela 19– Transferências e Delegações Recebidas**

	R\$		
	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)
<b>TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS</b>	<b>1.036.599,91</b>	<b>989.145,74</b>	5,00%
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS P/ EXERC. ORÇAMENTÁRIO	373.972,86	581.022,62	-36,00%
TRANSFERÊNCIAS REC. P/ PAGTO DE RAP	641.595,47	380.687,56	69,00%
MOVIMENTAÇÃO DE SALDOS PATRIMONIAIS	21.031,58	27.435,56	-23,00%
<b>OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES</b>	<b>4.749,49</b>	<b>14.062,33</b>	100,00%
DOAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	4.749,49	14.062,33	-66,00%
OUTRAS TRANSF.E DOACOES RECEBIDAS	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.041.349,40</b>	<b>1.003.208,07</b>	<b>4,00%</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

#### I. Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Em relação ao consumo de materiais, houve uma diminuição de 33,07% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta conta representa apenas 5% do total do grupo, enquanto os serviços representam 65%, em 30/06/2021. Segue detalhamento, conforme tabela a seguir:

**Tabela 20 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)	AV (%)
USO DE MATERIAIS DE CONSUMO	35.061,83	52.385,59	-33,07	5,34
SERVIÇOS	426.056,55	640.619,64	-33,49	64,89
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	195.452,59	164.433,54	18,86	29,77
<b>TOTAL</b>	<b>656.570,97</b>	<b>857.438,77</b>	<b>-30,87</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

A seguir é apresentado o resultado da Demonstração das Variações Patrimoniais:

**Tabela 21 – Demonstração das Variações Patrimoniais**

	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)	AV (%)
			(%)	(%) – 03/21
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>6.631.864,60</b>	<b>1.005.546,01</b>	<b>559,53</b>	
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIC	29,00	2.079,22	-98,61	0
VARIAÇÕES PATRIM. AUMENT.FINANCEIRAS	145,00	113,78	27,44	0
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	1.041.349,40	1.003.208,07	3,8	15,7
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	5.589.958,51	-	100	84,29
OUTRAS VPA's	382,69	144,94	164,03	0,01
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>6.518.497,84</b>	<b>1.111.616,94</b>	<b>486,40</b>	
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO	656.570,90	857.428,77	-23,43	10,07
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES	641,07	-	100	0,01

CONCEDIDAS				
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	5.592.360,98	-	-	92,27
TRIBUTÁRIAS	2.522,04	2445,00	3,15	0,04
OUTRAS VPD's	266.402,85	251.743,17	5,83	4,09
<b>RESULTADO PATRIMONIAL</b>	<b>113.366,76</b>	<b>(106.070,93)</b>	<b>-99,09</b>	

Fonte: Siafi 2021 e 2020

## 14. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é originado a partir da confrontação entre receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35, da Lei nº 4.320/1964.

Até o final do 2º trimestre de 2021 não houve arrecadação de Receitas Próprias, enquanto as despesas empenhadas perfizeram o montante de R\$ 1.019.339,47.

De acordo com informações extraídas do Balanço Orçamentário, mais de 43% das despesas empenhadas já foram executados.

### 14.1 Receitas

Não houve receitas realizadas no 2º trimestre de 2021. Conforme quadro abaixo, a comparação com as receitas realizadas no mesmo período de 2020 estão distribuídas nas seguintes categorias, como segue demonstrado nos respectivos Balanços Orçamentários:

**Tabela 22 – Receita Realizada – Composição**

	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)	AV (%)
ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS – PRINCIPAL	-	2.032,22	-100,00	-
ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS – MULTAS E JUROS	-	29,80	-100,00	-
SERV. ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS-PRINC.	-	47,00	-100,00	-
SERV. ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS-MUL.JUR	-	76,00	-100,00	-
INSCR.EM CONCURSOS E PROC.SELETIVOS-PRINCIPAL	-	-	-	-
MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINC.	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>2.185,02</b>	<b>-100,00</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

## 14.2 Despesas

Como explanado anteriormente, o resultado orçamentário é a diferença entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no período, como estabelecido pelo art. 35, da Lei nº 4.320/1964.

De acordo com o art. 58, da lei supramencionada, o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Nesta fase da execução da despesa pública ainda não é possível afirmar se a despesa foi efetivamente realizada, assim como também não há condições de assegurar se o bem ou material adquirido foi entregue pelo seu fornecedor ou, ainda, se o serviço contratado foi efetivamente prestado.

Diante disso, somente é possível asseverar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual estão reservados, assegurados para a realização de alguma finalidade pública, tendo como executante determinado fornecedor de bens e serviços demandados pela Administração Públicos, nominalmente identificados.

O empenho de despesas no período em análise foi de R\$ 1.019.339,47. Todavia, no mesmo período de 2020 tal fase da execução da despesa pública montou a cifra de R\$ 1.205.604,60. No segundo trimestre de 2020 e 2021 não houve empenho de despesas de Capital, conforme evidenciado na tabela a seguir:

**Tabela 23 – Despesas Empenhadas – Composição**

	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)	AV (%)
DESPESAS CORRENTES	1.019.339,47	1.205.604,60	-15,45	100,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.019.339,47</b>	<b>1.205.604,60</b>	<b>-15,45</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

**Tabela 24 – Despesas Correntes – Composição**

	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)	AV (%)
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	-	5.000,00	-100,00	-
AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	231.480,18	249.621,00	-7,27	22,71
AUXÍLIO FINANCEIRO A PESQUISADOR	-	-	-	-
MATERIAL DE CONSUMO	3.996,96	16.797,72	-76,21	0,39



MATERIAL, BEM OU SERVIÇO P/ DISTRIB. GRATUITA	13.246,30	4.817,46	174,96	1,30
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	-	1.500,00	-100,00	-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	-	-	-	-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	749.455,60	881.317,32	-14,96	73,52
SERVIÇOS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	16.796,07	39.119,57	-57,06	1,65
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.364,36	1.358,09	0,46	0,13
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	151,61	-100	-
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	-	-	-	-
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA (INTRA)	3.000,00	5.921,83	-49,34	0,29
<b>TOTAL</b>	<b>1.019.339,47</b>	<b>1.205.604,60</b>	<b>-15,45</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

**Tabela 25 – Despesas Capital – Composição**

	30/06/2021	30/06/2020	AH (%)	AV (%)
OBRAS E INSTALAÇÕES	-	-	-	-
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: Siafi 2021 e 2020

## 15. Restos A Pagar

O Campus Canoas inscreveu em Restos a Pagar Não Processados o valor total de R\$ 1.040.134,14, do qual, R\$ 581.062,11 de Despesa de Custeio e, R\$ 459.072,03, de Despesa de Capital; conforme demonstrativo:

**Tabela 26 – Inscrição RAP não Processado de 2020**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRIÇÃO RAP NÃO PROCESSADO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>2.292.045,96</b>	<b>1.710.983,85</b>	<b>581.062,11</b>
Outras Despesas Correntes	2.292.045,96	1.710.983,85	581.062,11
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>681.889,77</b>	<b>222.817,74</b>	<b>459.072,03</b>
Investimentos	681.889,77	222.817,74	459.072,03
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>2.973.935,73</b>	<b>1.933.801,59</b>	<b>1.040.134,14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.973.935,73</b>	<b>1.933.801,59</b>	<b>1.040.134,14</b>

Fonte: Siafi 2020

Segue demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar em 30 de junho de 2021.

**Tabela 27 – Execução RAP não Processado de Exercícios Anteriores até 30/06/2021**

Grupo Despesa	Mês Lançamento		JUN/2021					
	Item Informação	Fonte de Recursos	40	41	42	44	46	
			RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS REINSCRITOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
4	INVESTIMENTOS	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	126.340,36			118.090,36	118.090,36
4	INVESTIMENTOS	44	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TN-OUTRAS APLICACOES	332.731,67			196.835,79	185.387,56
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	00	RECURSOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	223.503,01	28.861,36	8.721,52	209.874,55	192.408,69
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44	TITULOS DE RESPONSABILIDADE DO TN-OUTRAS APLICACOES	355.435,47			163.367,43	159.292,67
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	50	REC.PROPRIOS PRIMARIOS DE LIVRE APLICACAO	2.123,63	919,00	919,00	2.123,63	2.123,63

Fonte: Siafi 2021

## 16. Obrigações Contratuais

Em 30/06/2021 o Campus Canoas possuía um saldo de R\$ 1.130.938,63, referente às obrigações contratuais concernente das parcelas a serem executadas. Na tabela a seguir, estão demonstradas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

**Tabela 28 – Obrigações Contratuais – Composição.**

	30/06/2021	31/12/2020	AH (%)
Aluguéis	98.734,78	112.374,72	-12,14
Fornecimento de Bens	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Seguros	-	-	-
Serviços	1.032.203,85	258.396,73	299,46
Demais	-	-	-

<b>Total</b>	<b>1.130.938,63</b>	<b>370.771,45</b>	<b>205,02</b>
--------------	---------------------	-------------------	---------------

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a Contratos de Serviços, que representam 91,27% do total das obrigações assumidas pelo Campus Canoas. Na tabela a seguir, estão relacionados os 05 (cinco) contratos com os valores mais significativos e o saldo a executar nos próximos meses.

**Tabela 29 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.**

	<b>30/06/2021</b>	<b>AV (%)</b>
Contratado A 10.533.299/0001-01 ARSENAL – SEG. PRIVADA LTDA	282.945,26	25,02
Contratado B 23.936.038/0001-76 SERVITEK GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI	478.822,68	42,34
Contratado C 23.226.948/0001-65 ALLGED SOLUCOES DE TI LTDA.	98.734,78	8,73
Contratado D 03.746.938/0001-43 BRS SP SUP. CORPOR. LTDA.	98.600,00	8,72
Contratado E 10.284.045/0001-99 NF COM. E SERV. EIRELI	98.783,54	8,73
Demais Contratos da UG 158265	73.052,37	6,46
<b>Total</b>	<b>1.130.938,63</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI, 2021

Os contratados A, B, C, D e E representam 93% do total a ser executado, conforme descrição abaixo:

- (a) Contratado A: Serviço de Vigilância Campus Canoas;
- (b) Contratado B: Serviço de Limpeza;
- (c) Contratado C: Serviço de Locação de Impressoras Campus Canoas;
- (d) Contratado D: Serviço de Almoxarifado Virtual Campus Canoas;
- (e) Contratado E: Serviço de Manutenção Predial por Demanda Campus Canoas